

A Igreja Evangélica Alemã no Rio de Janeiro (1837-1863): Serviços Religiosos, Sociais, Educação e Assistenciais

Sylvia Lenz *

Sinopse

Apresentamos a atuação da Igreja Evangélica Alemã (IEA) que, junto com a Sociedade Alemã de Beneficência (SAB), foram associações fundamentais para os luteranos e calvinistas no Rio de Janeiro oitocentista. Diferente da Sociedade Germânia, multi-étnica, elitista, local de reunião, jogos e refeições de ricos negociantes estrangeiros, provenientes de diversos países, a comunidade e a associação atenderam antes a comerciantes, artífices, artesãos e trabalhadores aqui residentes. Após 1863, a IEA tornou-se uma igreja isolada das demais, no Brasil, tendo em vista que rompeu com a matriz da Prússia. Desta forma, mostrou a herança hanseática de manter antes um caráter autônomo do que submisso a autoridades estatais, menos ainda ao centralizador Reino da Prússia, prestes a dominar as cidades hanseáticas ao consolidar a Confederação do Norte da Alemanha, em 1867.

Palavras-chave: Negociantes Hanseatas; Reino da Prússia; Luteranos e Calvinistas; Sociabilidade Alemã

* Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); professora e pesquisadora no Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Abstract

The article presents the German Evangelical Congregation which, together with the German Welfare Society, were both important associations for Lutherans and Calvinists living in the capital of the only American Monarchy. Differently from the German Society - multi-ethnic, elitist, a meeting place for meals and playing for the rich foreigner traders originating from different countries -, the congregation and association assisted keep-shoppers, artisans, and workers. After 1863 the congregation became cut off from the Prussian Evangelical Church and thereby isolated itself from the other German Evangelical Churches in Brazil. Thus, it showed the Hanseatic inheritance of keeping its autonomy rather than submitting to centralizing state authorities, even less *vis-à-vis* the powerful Kingdom of Prussia, which soon dominated the Hanseatic towns by consolidating the North German Confederation in 1867.

Key-words: Hanseatic Trademen; Prussian Kingdom; Lutherans and Calvinists; German sociability.

Introdução

Consta que a Igreja Evangélica Alemã (IEA) foi a primeira igreja protestante fundada no Brasil. De início, em 1827, foi uma iniciativa de caráter privado do cônsul prussiano Guilherme Theremin, de negociantes hanseatas e de alguns calvinistas que fundaram a Igreja Evangélica Protestante, ainda sem um ministro à frente. A partir de 1837 já tinha um pastor escolhido pela comunidade, e, em 1843, a IEA se afiliou à Igreja Evangélica da Prússia (IEP). Destacou-se por ter sido peculiar - uma igreja que atendia às confissões calvinista e luterana, com cultos e registros bilingües, zelando pelos matrimônios, batismos, confirmações e óbitos dos protestantes, inclusive de não-membros. Seu presbitério, muito atuante, construiu o templo, importou um órgão, componente fundamental na liturgia luterana; organizou uma biblioteca; teve um projeto de um cemitério; abriu escolas. Destas, uma foi em acordo com a Sociedade Alemã de Beneficência (SAB) que zelava pelos seus pobres e desamparados. Parte da comunidade era oriunda das cidades hanseáticas, chocando-se a ponto de romper com o controle centralizador da IEP, em 1863. A partir de então, tornou-se uma igreja autônoma e marginal frente às outras igrejas de confissão evangélico-luterana no Brasil. A IEA foi muito além da função religiosa, envolvendo

iniciativas culturais e assistenciais, além de mostrar autonomia e senso diplomático.

1 A Consolidação da Igreja Evangélica Alemã: Bilingüe e Biconfessional

As igrejas luteranas e calvinistas alemãs, incluindo a IEA no Rio de Janeiro, eram controladas por suas comunidades que elegiam, em reuniões ordinárias anuais, um corpo representativo, o presbitério, composto de presidente, secretário, tesoureiro e dois presbíteros. Eles administravam doações e despesas da igreja, além fazer os pagamentos dos salários do pastor, do auxiliar, e posteriormente, do organista. Segundo práticas notadas nas primeiras atas e da correspondência paroquial, o pastor não participava das reuniões do presbitério - a comunicação entre ambos se dava por escrito, em correspondência formal.¹

A partir de 1843, a IEA se afiliou à IEP, fundada em 1817, unificando todas as igrejas prussianas das confissões luteranas e calvinistas e as subordinando ao Estado.² Os desentendimentos entre a IEA e a IEP estão nas diferentes formas de condução religiosa, burocrática e material.³ Neste sentido, cultos, ensinamentos, liturgias, serviços deveriam seguir agenda fornecida pela IEP; a IEA tinha de consultar o Consistório de Brandenburgo sobre diversos assuntos internos tais como contendas sobre ensino e culto, disciplina e regras, desavenças entre pastor e a comunidade e vice-versa; e só o consistório estava autorizado a nomear o pastor; nem o presbitério poderia demitir um ministro sem a sua prévia autorização.⁴

1 APLM, Rio de Janeiro, Transcrição de correspondências pastor/presbitério nas Atas da IEA. [Para referências bibliográficas completas deste e dos demais títulos citados, cf. as Referências Bibliográficas no final do artigo.]

2 Robert M. BIGLER, *The Politics of German Protestantism*, p. 3-50.

3 APLM (Rio de Janeiro) Estatutos da IEA, 1844 (impressos somente em 1850).

4 Gerhard GOETERS; Rudolf MAU, *Die Geschichte der Evangelischen Kirche der Union*, v. I, p. 91.

A comunidade mostrou-se insatisfeita com a nomeação, pela IEP, do P. Friedrich Avé-Lallemant, cujo caráter lhe era muito fervoroso e avesso a assuntos mundanos, embora reconhecesse seu zelo religioso e sua dedicação como professor na escola da igreja. A relação agravou-se de tal maneira que, em 1848, não houve candidatos para o novo presbitério. O cônsul prussiano Leo Theremin, então, liderou a representação e, por fim, tanto ele como o pastor concordaram pela saída deste, prontamente aceita pelos membros. Mas este processo tinha de ser autorizado pela IEP, que ficou meses sem se manifestar. A comunidade se posicionou contra a aparente indiferença das autoridades prussianas,⁵ sem considerar os trâmites burocráticos e as distâncias continentais. Afinal, até a centralização pela IEP, eram as comunidades que elegiam e demitiam os pastores, sem a intervenção de um órgão superior. Os negociante, oriundos de cidades-Estados autônomas, incomodaram-se em não dispor de poder decisório sobre um cargo que custeavam. É sintomático terem deixado Leo Theremin administrar a IEA: ele, representante da Prússia, que se entendesse com as suas autoridades.

Conforme os primeiros estatutos da IEA (1844-1850), só poderiam ser membros da comunidade os que: (a) compreendessem a língua alemã; (b) fossem nascidos na Confederação; (c) professassem uma das confissões - luterana ou calvinista; (d) contribuíssem anualmente em espécie para a igreja. Também foram descritos o conceito e a função da IEA; os direitos e deveres dos membros, do pastor e do presbitério; as eleições, a administração dos bens, a representação da comunidade e das reuniões; do auxiliar da igreja. Foi descrita ordem dos serviços a Deus, cultos, Santa Ceia, aniversário do templo, batismos e casamentos a serem celebrados, no templo, após os cultos. Quaisquer alterações dos estatutos estavam sujeitos à aprovação de Berlim.

O estatuto de 1849 incluiu a anexação da comunidade de língua francesa, que renunciou aos direitos administrativos embora também pagasse a anuidade; o de 1857 incluiu a

5 APML (Rio de Janeiro), Atas, 26.6.1848.

permissão de celebrar batismos e matrimônios não só no templo, após os cultos dominicais, mas também em domicílios privados; o acréscimo de algumas normas na aprovação de alterações dos estatutos e o direito de cada membro de receber um exemplar impresso dos estatutos. Notamos uma primeira quebra de regras referente aos batizados e casamentos, em relação ao primeiro estatuto.⁶

Por certo, a iniciativa de anexar a IEA à IEP fora do cônsul prussiano, Leo Theremin, devidamente instruído pelos seus superiores em Berlim. Também havia interesse mútuos; da parte de Berlim, de ter o controle confessional e escolar sobre uma comunidade estrangeira; do Rio de Janeiro, de receber subsídios para a construção do templo, uma despesa que a comunidade talvez não quisesse arcar sozinha. O que não imaginavam é que esta afiliação implicaria em controle rígido da IEP sobre as suas atividades confessionais e educacionais, através dos pastores por ela nomeados e de uma série de exigências burocráticas.

Em 1844, o presbitério da IEA enviou cartas para vários príncipes alemães, adeptos da confissão evangélica, no intuito de angariar fundos para a construção um templo próprio. O Reino da Prússia subsidiou a maior parte dos custos da construção, junto com os burgomestres de Hamburgo e Bremen. No Rio de Janeiro, os negociantes hanseáticos fizeram uma coleta entre eles, entregando a quantia total pelos seus cônsules. Outros príncipes alemães silenciaram, não se importando com o destino de súditos que haviam deixado a terra natal.⁷

O presidente do presbitério, Sr. Fröhlich e um presbítero, Sr. Schroeder, ambos negociantes, lançaram a pedra de fundação em 1844; o pastor encerrou a cerimônia ressaltando o significado do evento para a comunidade.⁸ Em 1845, inauguraram a casa de culto, sem sinos nem torres, cuja fachada neoclássica lembrava o templo calvinista de Potsdam, em Brandenburgo. A partir de então, mais melhorias eram neces-

6 APML (Rio de Janeiro) Estatutos da IEA, 1857.

7 Albert BILLROTH, *Ein Evangelist in Brasilien*, p. 89.

8 L. HOEPFFNER, *Festschrift zur Jahrhundert-Feier*, p. 11; BILLROTH, *Ein Evangelist in Brasilien*, p. 90.

sárias: obras internas e externas como a pavimentação do pátio, a construção de um alpendre, o gradeamento do terreno, além da compra de novos jarros e castiçais, uma vez "(...) que as usadas até o momento, são de metal simples, enquanto que em qualquer igreja de aldeia na Alemanha, elas são de prata."⁹

2 A Importação de um Órgão para a Liturgia e de Livros para a Biblioteca

Destacamos algumas conquistas da comunidade, cujo interesse comum, participação material e apoio, foram essenciais: a regularização dos matrimônios e a construção de um cemitério próprio, a organização de uma biblioteca, a anexação da comunidade suíça como uma corporação. Por fim, a aquisição de um órgão, importante para a música sacra e acompanhamento dos hinos que, junto com a prédica e respectiva reflexão sobre as Sagradas Escrituras, eram elementos essenciais para uma liturgia adequada.¹⁰

O órgão foi encomendado ao Sr. Schroeder, ex-membro da IEA, ex-negociante e ex-cônsul de Hamburgo, mostra que, apesar das demoras no envio e recebimento de correspondências, os alemães do Rio de Janeiro mantinham seus vínculos com seus antigos correligionários após terem retornado para a Alemanha. A isenção de impostos havia sido conseguida através de solicitação especial do Conde Oriolla, agente prussiano dos negócios estrangeiros, responsável, também, pelo estabelecimento de representações consulares fora do Rio de Janeiro, na década de 1840.¹¹

Os negócios foram fechados com os hanseatas, mas politicamente a Prússia tinha, então, mais trânsito com as autoridades brasileiras. Nesta transação, apesar do caráter comercial e interesse diplomático mútuo, o pastor e os presbíteros

9 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA 1852/53. (Tradução da autora, SL)

10 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1858/59.

11 W. PENKWITT, *Der Ausbau des preussischen Konsularwesens in Brasilien*, in: *Preussen und Brasilien*, Wiesbaden, Steiner, 1983.

apreciaram o sentimento de “amor cristão” e tolerância religiosa do ministro brasileiro com os membros da IEA. Por fim, a identidade confessional e a sua tradição litúrgica e musical, deveriam levar a uma maior confraternização através da aquisição do órgão, um instrumento que “fala todas as línguas e é uma forma muito especial de se louvar a Deus”.¹²

Os membros da comunidade não se preocupavam só com o acompanhamento musical dos hinos, com a regularização dos casamentos e do enterro dos mortos. Também a alimentação do espírito era preeminente, como a leitura de livros sagrados e laicos. Sabemos que a Sociedade Germania dispunha de uma biblioteca; mas a mesma ficava restrita aos seus leitores, os senhores homens de negócios e intelectuais que podiam pagar as altas mensalidades daquela associação. Os pequenos comerciantes, os artesãos mais simples e os trabalhadores careciam de uma biblioteca acessível, com livros na língua *mater*.

Afinal, dos nobres aos trabalhadores mais humildes, luteranos e calvinistas eram letrados tendo em vista que as leituras diárias da Bíblia, junto com as graças às refeições, os cânticos e as orações na devoção pública e privada, faziam parte de sua prática religiosa. Por causa desta necessidade e da boa vontade de Stockmeyer e Laemmert - deste em conseguir doações junto aos livreiros alemães -, em meados da década de 1850 o número de volumes ultrapassou as três mil unidades. O pastor ficara encarregado de cuidar e controlar a biblioteca paroquial; o empréstimo dos livros fora, inicialmente, gratuito e consta que seu uso foi assíduo. Posteriormente, o presbitério decidiu que deveria ser cobrada uma pequena taxa de empréstimo para a manutenção dos livros.¹³

Mas nem todos luteranos e calvinistas, alemães, suíços, escandinavos ou dos Países-Baixos, tornaram-se membros e participaram desta comunidade evangélica. Apesar dos esforços de alguns membros em fundar e manter uma igreja protestante, tal não refletia a vontade geral destes imigrantes protestantes, poucos preocupados em zelar pelas questões espiritu-

12 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1852/53.

13 HOEPFFNER, *Festschrift zur Jahrhundert-Feier*, p. 29.

ais. A freqüência normal aos cultos na gestão do P. Billroth (1861-1863) era de trinta a quarenta pessoas,¹⁴ apesar de suas tendências pietistas, que desviavam da tradição luterana dos membros da IEA.

Também consta que na Sexta-feira da Paixão, em 1854, nenhum presbítero compareceu ao culto do P. Winkler (1849-1855): dos trezentos membros, poucos vieram e nenhum participou da santa ceia.¹⁵ Em princípio não constatamos discórdias entre ele e os membros, embora tenha-se dado um esvaziamento da igreja durante dois anos. Estava formado quando se candidatou para vaga na IEA, precisando ser ordenado e reconhecido oficialmente pela IEP. Desde a sua aceitação para atuar na comunidade, em 11.2.1849, até a oficialização do sacerdócio pela IEP, em 22.01.1851, fora impedido de celebrar casamentos e de sacramentar os batismos e a santa ceia. Em consequência, alguns fiéis diminuíram as suas contribuições para a IEA enquanto outros foram para igrejas afins. Muitos pais não quiseram esperar pela demorada burocracia prussiana, levando seus recém-nascidos para o batismo na Igreja Anglicana e até na Católica quando o cônjuge pertencesse à Igreja oficial do Estado.¹⁶ Entretanto, suas atitudes eram compreensíveis, decorrentes da insatisfação com o controle excessivo da IEP e sua demora em responder aos problemas da comunidade.

Em 1854, as exigências profissionais do presbitério para a nomeação de pastor, pareciam-se com as dos primeiros fundadores da IEA, quando da nomeação do primeiro pastor, em 1837: domínio da língua francesa; experiência com comunidades ultramarinas; um temperamento suportável; formação universal.¹⁷ Ou seja, um pároco culto, flexível e viajado, cumpridor dos seus deveres paroquiais e morais, mas sem ser proselitista.

14 Ibid., p. 144.

15 APML (Rio de Janeiro), Ata, 11.04.1854; BILLROTH, *Ein Evangelist in Brasilien*, p. 93.

16 HOEPPFNER, *Festschrift zur Jahrhundert-Feier*, p. 19.

17 APML (Rio de Janeiro), Ata, 6.4.1854.

3 Casamentos Entre *Acatólicos* e Mistos

O termo *acatólico* consta nos documentos oficiais do Estado brasileiro, paroquiais da IEA, e em obras brasileiras e alemãs mais antigas. Acatólicos eram os membros de comunhões cristãs que não professassem a Religião Católica Apostólica Romana - segundo o clero brasileiro, a única religião verdadeira. Assim, os cristãos acatólicos ou heréticos poderiam exercer seus cultos em recintos destinados para este fim.¹⁸ Judeus e muçulmanos eram considerados perjuros, apóstatas, infiéis, ímpios;¹⁹ suas religiões mal toleradas, e suas práticas só permitidas na privacidade doméstica.²⁰

Quanto às fachadas de templos acatólicos e o reconhecimento dos casamentos protestantes e mistos, a legislação aprovada pela Igreja oficial do Estado Brasileiro, mostrou-se ambígua e intolerante. Segundo os relatórios anuais da IEA, a liberdade de culto aprovada por D. João V e confirmada na Constituição do Império Brasileiro convinha, em princípio, às necessidades espirituais e morais básicas dos protestantes. Entretanto, os matrimônios e os problemas decorrentes pelo sua invalidade segundo as leis do direito canônico suscitaram vários debates e reivindicações dos protestantes. Havia a exigência para casamentos mistos, sacramentados na Igreja Católica, em que o cônjuge protestante firmava um documento comprometendo-se em educar os filhos segundo os dogmas católicos.²¹ Desta feita, gradualmente, muitos protestantes foram sendo assimilados pelo catolicismo.

Um escândalo de repercussão nacional e além-mar levou os acatólicos a reivindicarem a legalização de seus matrimônios perante o Estado brasileiro. Um protesto anônimo de um "irmão da fé alemã-evangélica", dirigido aos correligionários e conterrâneos, impresso em alemão, foi enviado à comunidade e chegou à Berlim.²² Em 1845, a renana, D. Margarethe

18 Cf. Constituinte de 1823, artigos 14-16.

19 José C. RODRIGUES, *Religiões Acatólicas*, p. 62

20 Cf. Decreto-Lei 1144 de 11.9.1861.

21 EZA: Die evangelischen Deutschen in Brasilien. In: *Preussischer Correspondenz*, Berlin, nr. 289, de 10.12.1854.

22 *Glaubensgenossen! Landsleute!* Manifesto escrito no Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro

Kerth se casou com o suíço, Herr Schopp, na confissão luterana. Após vinte meses, estavam separados, por conta de um caso que ela mantinha com um brasileiro católico. Apesar do abandono, o marido a deixou amparada com metade de seu patrimônio. D. Margarethe ainda freqüentava a IEA, pois doara, em 1852, uma toalha para o altar da paróquia.²³

Em 1857, seu ex-marido foi informado que naquele ano ela abjurara de sua confissão natal, convertera-se ao catolicismo de modo a casar-se segundo o sacramento da religião oficial.²⁴ Em vão foram as suas tentativas em mostrar ao Bispo o ato criminoso de sua ex-mulher e da bigamia na contração de segundas núpcias, posto que eram separados, mas não divorciados. A indignação aumentou diante do escárnio do clérigo católico em ignorar um matrimônio celebrado por um pastor luterano. Tal fato abriu precedentes para que casos afins se repetissem, trazendo um clima de insegurança dentro da comunidade.

Os protestantes tornaram-se cientes de que os casamentos acatólicos e mistos não tinham nenhuma validade legal perante o Direito Canônico; suas uniões eram meramente consensuais, e os filhos, bastardos. O escândalo abalou os já frágeis alicerces dos matrimônios protestantes; a comunidade da IEA recebeu o apoio não só dos protestantes, como também da imprensa e da população do Rio de Janeiro.²⁵ Afinal, apesar do Estado brasileiro permitir as outras comunhões cristãs, na prática seus matrimônios careciam dos efeitos civis concedidos pelo casamento católico. Assim, isto levou a uma moção da comunidade da IEA que passaram a exigir, das autoridades competentes, uma regulamentação dos casamentos mistos e entre protestantes.

Começaram, então, as discussões, por parte dos delegados brasileiros, para legalizar os casamentos acatólicos e mistos sob contrato civil. Em 1858, o governo brasileiro apresen-

de 1857, por "ein deutsch-evangelischer Glaubensbruder" (= "Manifesto de um correligionário alemão-evangélico").

23 APML, Rio de Janeiro, *RA-IEA*, 1852-53.

24 EZA, Manifesto de um correligionário evangélico alemão, de 15.2.1857.

25 Hohe und Würdigste Vertreter der Brasilianischen Nation! In: APML, Relatório da reunião extraordinária de 14.11.1858 da IEA.

tou uma proposta de regulamentação destes matrimônios e os alemães imprimiram a sua tradução para discutirem-na entre os seus correligionários. Na contraproposta, defenderam artigos melhor formulados; apresentaram um histórico dos protestantes no Rio de Janeiro e no Brasil; a situação dos matrimônios evangélicos em países europeus católicos e até mesmo no Império Otomano, além de colherem dados sobre os ofícios celebrados na IEA.

Embora inicialmente sem pastor, o presbitério manteve um registro de óbitos desde 1832. Após 1837, o P. Neumann criou registros de casamento e batismo; num deles consta que cinco casais participaram da cerimônia religiosa, apesar de já viverem em “casamento selvagem” - *wilde Ehe* -, até mesmo com filhos. A indignação do pastor nesta nota, apesar de benquisto na comunidade, mostra que o concubinato era pouco tolerado. Entretanto, tal prática se justifica pelos longos período em que os emigrantes ficaram sem a assistência de pastores.²⁶ A partir de 1858, há registros sobre o número de casamentos, batismos, óbitos e confirmandos da paróquia. Também os imprimiam no relatórios, de modo a torná-los públicos e para ter argumentos a favor da legalização dos matrimônios perante o Estado brasileiro. Apesar da obrigatoriedade dos filhos de casamentos mistos serem educados no catolicismo, algumas destas crianças foram batizadas e mesmo confirmadas²⁷ na confissão luterana.

Após anos de debates no legislativo foi publicado, em 1861, o projeto de regulamento provisório cujo ponto principal era fazer valer os efeitos civis dos casamentos católicos aos matrimônios entre não-católicos e mistos. Para validá-los era preciso que o ato religioso fosse celebrado por pastores habilitados em suas confissões e que fosse registrado em livros públicos. Somente escrituras públicas ou contratos privados de casamento, ou a mera condição de concubinato dos contraentes, eram insuficientes para terem os “efeitos civis”

26 APML (Rio de Janeiro), Registros paroquiais - matrimônios (1847-1847) da IEA.

27 Cf. APML, só existe um *Konfirmanden Register* a partir de 1861; até então as poucas confirmações eram registradas nos outros livros paroquiais. Não há dados, nos relatórios anuais de 1844 a 1857, referentes a casamentos, batismos, enterros e confirmações.

concedidos aos sacramento dos matrimônios, segundo os rituais católicos. O P. Bilroth traduziu e imprimiu este documento para o alemão de modo a torná-lo acessível a todos os membros da IEA, inclusive os que mal soubessem português.

Só no ano de 1863 foi decretada a lei 3.069 que “Regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado”, do projeto-lei de 1861. Apesar da liberdade de cultos, os matrimônios acatólicos e mistos que eram realizados nas igrejas protestantes tiveram, até então, um caráter meramente privado, sem nenhuma garantia oficial por parte das autoridades públicas. A lei sobre casamentos acatólicos e mistos, de 1861, regulamentada em 1863, exigia que o pastor ou ministro responsável, devidamente habilitado em sua confissão, registrasse casamentos, nascimentos e óbitos de sua paróquia nos livros oficiais do Estado, zelados pelas câmaras municipais; assim, estes matrimônios passaram a ter um reconhecimento público, com efeitos civis.

Também houve a exigência dos banhos, obrigatórios na Igreja Católica - a publicação dos nomes dos nubentes, com fins de tornar pública a intenção matrimonial dos mesmos. O P. Schmidt não seguiu esta tradição e o P. Billroth encontrou resistência em implantá-la.²⁸ Não consta que fosse uma prática comum entre os luteranos, somente a comprovação, no caso dos estabelecidos no Rio de Janeiro, de um atestado consular em que constasse o estado civil dos nubentes.²⁹ A nova lei garantiria, aos casamentos não-católicos e mistos, os mesmos efeitos civis dos que professavam a religião oficial do país.³⁰ Entretanto, o Direito Canônico, que só reconhecia como válido perante Deus e o Estado o matrimônio sacramentado pela Igreja Católica Apostólica Romana, manteve as uniões acatólicas e mistas desprotegidas nas questões internas - anulações, divórcios e contendas.

28 BILLROTH, *Ein Evangelist in Brasilien*, p. 192.

29 FRIEDBERG, Emil. *Das Recht der Eheschliessung in seiner geschichtlichen Entwicklung*, passim; e APML, *Anhänge* dos atestados consulares.

30 Decreto n. 3.069 de 17 de abril de 1863, assinado pelo Marquês de Olinda.

4 O Projeto de um Cemitério da IEA

No Brasil oitocentista predominavam os rituais fúnebres católicos, com locais de sepultamento diversos, dependendo das condições sócio-econômicas dos seus familiares. Brancos abastados eram enterrados dentro das igrejas, de modo a ficarem mais próximos de Deus; negros e brancos pobres procuravam afiliar-se a irmandades para serem enterrados em cemitérios particulares; os escravos eram simplesmente jogados ao mar; os corpos de pobres e indigentes ficavam amontoados no cemitério da Santa Casa da Misericórdia.³¹ Já os negociantes ingleses, protestantes, logo obtiveram de D. João VI a concessão de um terreno para enterro dos mortos, dentro de um padrão de sobriedade e cemitério-jardim, ao qual estavam habituados. Solidários aos não-católicos, permitiram o enterro dos seus nesta área: “Homens de posição eminente junto com cidadãos ingleses e norte-americanos desconhecidos, alemães, franceses, suecos e representantes da marinha mercante de quase todas as nações dormem aí o seu último sono.”³²

Com o passar das décadas e com o aumento da mortalidade em meados do século, devido aos surtos epidêmicos fatais principalmente entre os estrangeiros, os ingleses restringiram o uso do seu cemitério por não britânicos. Primeiro, aumentando abusivamente os custos dos sete palmos abaixo da terra. Nesta época o presbitério indica uma vontade de tomar a iniciativa em providenciar um local próprio, mas entende que não era o momento apropriado.³³ Em meados da década de 1850 os britânicos proibiram, definitivamente, o enterro de não-ingleses no seu cemitério; em outubro de 1855 o Marquês do Paraná oferece uma área, no cemitério da Ponta do Caju, para enterro de não-católicos.³⁴ Como os membros da IEA dispunham, desde 1837, da assistência de um pastor; desde 1844, de um templo próprio; e desde 1855 de uma escola evangélica alemã; estava na hora de providenciarem um cemitério próprio.

31 João José REIS, *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*.

32 D. P. KIDDER, J. C. FLETCHER, *O Brasil e os Brasileiros*, p. 228.

33 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1852-53.

34 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1855-56.

Muitos eram estes protestantes que haviam se estabelecido, definitivamente, nesta cidade, contraído matrimônio na sua confissão de nascença, tendo suas mulheres dado à luz a crianças e *anjos*, no jargão dos católicos da época. Afinal, a mortalidade infantil se fazia ainda mais presente no cotidiano, a ponto da morte de alguns recém nascidos constar não só nos registros paroquiais de óbito, como também nos de batismo. Há anotações de pastores, no espaço reservado para observações, de batismos ministrados em casa dos pais da criança, provavelmente devido à constatação da fragilidade de sua saúde, e seu falecimento, horas ou dias após o sacramento.³⁵ Este comportamento indicaria o zelo do pastor com a alma da criança, independentemente da distância da moradia, da freqüência ou não dos pais aos cultos, de sua contribuição mensal ou até mesmo de serem ou não da IEA.

Em 1859, a comunidade indicou uma comissão responsável para a venda de ações, escolha, aquisição e preparação do terreno, assim como a construção de muros, portões e capelas. Esta comissão foi constituída pelo próprio P. Schmidt, com os membros Waehnelde e H. Laemmert. No ano seguinte, os relatórios impressos em francês, na grafia latina, e alemão, na gótica, comunicavam as etapas conquistadas por esta comissão: a escolha e compra do terreno, as condições legais para enterro dos mortos acertadas com o Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro segundo os direitos concedidos aos ingleses, as previsões de gastos com a preparação do terreno e com as construções necessárias. Além disso, conseguiram concretizar alguns pedidos: (a) uma administração em condições iguais às das irmandades locais, de posse de cemitérios particulares; (b) a autorização de que os caixões fossem construídos na forma e cor solicitada pelos correligionários, além de serem cobertos de preto, em oposição ao branco e às cores destinadas, respectivamente, às moças e crianças católicas; segundo o ritual desta paróquia, sóbrio e discreto, o preto deveria ser empregado até mesmo no caso do enterro de "(...) donzelas e inocentes".³⁶

35 APML (Rio de Janeiro), Registros de Batismo da IEA, 1837-1847.

36 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA de 1859-1860. Aviso da Mesa da Misericórdia inserido

No entanto, consta que os custos para a compra e preparação do terreno na Ponta do Caju e das construções haviam aumentado, conforme apresentado pela comissão responsável, em 1860. Seria necessário vender mais ações para aumentar o fundo especialmente destinado; a comissão também lembrou que à comunidade da IEA caberia a administração deste cemitério assim como todos os problemas decorrentes. Eles colocaram, então, em votação a continuação deste empreendimento. Consta que vinte e oito votaram contra e somente treze a favor. O montante das ações foi devolvido, sendo que a maioria dos membros abriu mão dos rendimentos dos juros, doando-os à IEA para fins especiais, como a construção da casa do pastor ou do prédio da escola.³⁷ Depois de tanto empenho desta comissão e do cônsul prussiano para obter a autorização por parte do governo brasileiro, estes protestantes abdicaram de ter um cemitério próprio.

Conforme os estatutos da IEA, de 1844/50 e de 1857, membros e não-membros, conquanto os últimos pagassem o dobro das taxas de batismo, casamento e enterro pagas pelos primeiros, poderiam obter os serviços do pastor.³⁸ De cinco enterros ministrados pelo P. Billroth, somente dois eram de membros efetivos da IEA, sendo que um deles era suíço calvinista; os outros três foram pagos separadamente.³⁹ Segundo Hoepffner houve antes descaso do que falta de dinheiro para concretizar o projeto do cemitério; uma tendência a não querer assumir responsabilidades administrativas. Enfim, este foi um dos projetos que, apesar de um início bem encaminhado e dinheiro arrecadado através da venda de ações, terminou em arquivo, sem ser concretizado.

nos relatórios, em francês e em alemão, publicados, em 15.6.1860, pela comissão responsável pelo cemitério protestante.

37 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA 1860-1861.

38 *Estatutos da IEA, de 1850, artigo 17; de 1857, art. 24.*

39 BILLROTH, *Ein Evangelist in Brasilien*, p. 108.

5 A Sociedade Alemã de Beneficência: *Deutscher Hilfsverein*

Esta associação foi mais uma das iniciativas do consulado da Prússia, desta vez sob a iniciativa de Leo Theremin, filho de Guilherme, retornado à Europa em 1835.⁴⁰ Já havia sociedades beneficentes de outras nações, como a Portuguesa e a Sociedade Filantrópica Suíça, fundada, em 1821, por negociantes suíços, devido à situação precária dos colonos em Nova Friburgo.⁴¹ O negociante Guilherme Theremin, futuro cônsul da Prússia, havia atuado como vice-presidente desta comissão, junto com suíços de outros cantões. A participação de um “berlinense”, segundo Nicoulin, era comum nas associações suíças da América Latina que se uniam aos alemães, menos por razões lingüísticas do que religiosas, embora parte desta colônia tivesse sido inicialmente recrutada dentre os suíços católicos. O autor ressalta o caráter fisiocrático dos negociantes suíços que promoviam a permanência dos colonos na terra, não subvencionando, por exemplo, passagens marítimas de retorno, uma vez que consideravam a iniciativa de D. João VI, de fundar colônias, muito pertinente.⁴²

Em 1844, quando os negociantes alemães fundaram esta associação com o cônsul prussiano, já haviam consolidado uma sociedade recreativa - a Germania - e uma comunidade religiosa para luteranos e calvinistas. Desde a década de 1820, havia se estabelecido uma geração de imigrantes, com suas famílias e seus filhos que, no caso de morte do chefe de família, em geral deixavam viúvas e órfãos desamparados. Além dos objetivos assistenciais, havia os morais e educacionais, uma vez que também visavam promover a escola fundamental para as crianças alemãs pobres, junto com a IEA e a participação do seu pastor no ensino. Ao contrário das associações anteriores, a Germânia multi-étnica e a IEA bilingüe e biconfessional, a SAB propunha-se atender a todos os súditos

40 PENKWITT, *Preussen und Brasilien*, p. 188.

41 NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1996, p. 209.

42 *Ibid.*, p. 210.

e cidadãos alemães da Liga Alemã, independentemente da confissão religiosa.⁴³ O jovem cônsul da Prússia, Leo Theremin lembrou que, apesar do Reino da Prússia não pertencer à Liga, participava da União Aduaneira, e seus súditos deveriam ser considerados tão alemães quanto os demais.⁴⁴

A SAB atenderia os alemães pobres não só com auxílios pecuniários, como também intermediando trabalho junto às autoridades e aos empreendedores. Priorizava idosos enfraquecidos, viúvas e órfãos desamparados; não ajudava preguiçosos nem alcoólatras. Os membros da comissão eram compostos pelo presidente Stockmeyer, cônsul de Bremen; o vice-presidente Leo Theremin; o tesoureiro Sr. Schroeder, cônsul de Hamburgo; dois representantes dos negociantes e um dos artesãos. Os vogais faziam a análise e o julgamento dos pedidos de auxílio, além de zelarem pela comprovação e seriedade do solicitantes.

Assim, esta sociedade genuinamente alemã priorizava a língua *mater* como fator de identidade entre seus membros; era laica e tolerante, posto que admitia luteranos, calvinistas, católicos e judeus-alemães em seu meio. Era um novo marco, no Rio de Janeiro, do direcionamento da comunidade alemã, não mais em torno de classe social ou credo confessional, mas segundo a sua identidade nacional. Entretanto, no relatório da SAB, 1855, a comissão agradeceu à diretoria da Sociedade Germania por ceder o seu espaço para as suas reuniões, indicando a estreita relação entre ambas as associações.

Os negociantes formavam a maioria dos 160 sócios da SAB, com alguns artífices e fabricantes. Eles pagavam uma mensalidade fixa cujo valor máximo era previamente estipulado - acima disto seria considerado doação - de modo a fazer um fundo para fins sociais e educacionais. Ora, pela lista dos membros, percebemos a participação da elite alemã, estando a presidência nas mãos dos cônsules prussiano e hanseático. Dentre os doadores de 1854, os senhores J. M. Mayer, o cônsul Stockmeyer, Uller Fry, W. Braun e Th. Reimers, além das

43 Cf. Art. 1, parág. 4 in: PENKWITT, *Preussen und Brasilien*, p. 383-84.

44 PENKWITT, *Preussen und Brasilien*; Carta de Leo Theremin ao Ministério das Relações Exteriores em Berlim, de 26.3.1844.

damas Amalia Jacobson e Bertha Kastrup, esta através de um concerto cuja arrecadação foi entregue à SAB. Ainda segundo este relatório, apesar de todo controle da comissão, havia abuso de alguns aproveitadores, que pediam o auxílio sem realmente precisar dele. Uma das maneiras para evitar isto era que um dos membros recomendasse o suplicante. A procura pelo auxílio social havia aumentado muito, havendo necessitados, viúvas, órfãos, doentes e desempregados. A comissão atuava nos pagamentos de pensões e adiantamentos, em trabalho e em apoio contra a miséria, o empobrecimento e a doença. Ou repatriando o desafortunado, seja custeando as despesas de passagem, ou conseguindo a boa vontade dos comandantes de navio para transportá-lo. Até mesmo os alemães aprisionados no Rio de Janeiro recebiam assistência. Mas um aviso às autoridades e à imprensa alemã: o imigrante recém-chegado à cidade não poderia contar como auxílio do *Hülfsverein*, somente aquele já residente na cidade e redondezas.⁴⁵ Alguns alemães necessitados não recorriam à SAB pela vergonha de terem seus nomes impressos e divulgados pelos relatórios anuais da mesma, posto que, no extrato anual, constavam os nomes completos, a justificativa para o pagamento de pensões, estado de viuvez, orfandade, deficiência, além do valor do montante recebido separados segundo os beneficiários, mensalidades escolares, passagens, adiantamentos, apoios em espécime, etc.

Outro ponto é que o professor Ullmann, também organista da paróquia, fundador da Escola Alemã, firmou um contrato com a SBA em que esta financiaria os estudos das crianças mais pobres e se encarregaria de controlar a frequência regular destas às aulas, zelando pelas questões administrativas. Mas os assuntos internos da escola, como os programas e o ensino, ficariam subordinados à IEA. Por fim, o objetivo era que os filhos dos alemães remediados tivessem acesso a uma escola popular - *Volksschule* - sob a coordenação de Ullmann e do pastor em exercício.

45 EZB, RA-HV de 1855.

6 Escolas Evangélico-Alemãs ou Laicas?

A primeira escola alemã no Rio foi evangélica; iniciativa do P. Lallemant (1843/48) preocupado com as crianças alemãs pobres que, quando muito, freqüentavam as escolas brasileiras, onde logo esqueciam da língua materna e dos costumes paternos. Entretanto, esta foi uma iniciativa isolada do pastor, sem o apoio da comunidade. Embora o presbitério enfatizasse a lisura do mesmo quando de sua demissão, entrevemos que havia discórdias no que se refere a uma postura moral rígida do pastor inaceitável para a comunidade.⁴⁶ Devido aos procedimentos lentos do Consistório de Brandenburgo, demorou até que o pedido de demissão de Lallemant fosse autorizado e que viesse a indicação do novo pastor. Desde o início da afiliação da paróquia à IEP, a sua lentidão burocrática fez a comunidade sentir-se relegada a um segundo plano.⁴⁷

O presbitério, por exemplo, apresentara o nome do P. Winkler (1849-1855), já conhecido e aceito pela comunidade. Ele também dominava a língua francesa, podendo atender aos suíços calvinistas; só que ainda não havia sido oficialmente ordenado. Mas o presbitério considerou que logo a IEP providenciaria a sua regulamentação para ter a autoridade pastoral de celebrar os sacramentos. Entretanto, a demora das autoridades eclesiais em Berlim levou até mesmo a um esvaziamento desta comunidade, cujos membros recorriam a ministros de outras igrejas. Neste sentido, os “agregados suíços”, aceitos como tais desde Julho 1849, foram importantes para a manutenção da paróquia nesta fase de esvaziamento. Diante da possibilidade de receber assistência e cultos ministrados em francês, permaneceram afiliados e contribuíram com suas anuidades.⁴⁸

Nem este pastor nem o presbitério deram continuidade à escola iniciada por Lallemant, de modo que as crianças dos alemães remediados freqüentavam as escolas públicas brasileiras, esquecendo da língua mater. Isto significava menos mem-

46 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA de 1848/49, e ATAS-IEA de 1848.

47 APML (Rio de Janeiro), ATAS-IEA de 1848.

48 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA de 1849/50.

bro para a IEA no futuro, já que o ensino confirmatório oferecidos aos jovens era feito em alemão. Os membros desta paróquia não pareciam considerar premente uma formação educacional e moral das crianças pobres, segundo os princípios evangélicos. Fundar uma escola fundamental alemã, uma *Volksschule*, por exemplo, não era unanimidade. A maioria das crianças cujo pais eram negociantes e artífices bem sucedidos eram enviadas para estudar ou aprender seu ofício na terra natal.⁴⁹

As filhas da elite nacional e estrangeira, católica e protestante, eram formadas em um educandário regido por diretoras católicas e protestantes, e seu eclético programa escolar.⁵⁰ Além deste, outras escolas particulares alemãs, como o Collegio Allemão de Mme. Meyer; de Mme. Carolina Hoffmann; o Mercantil de Henrique Jorge Cussen, de Mme. Diemer e Ludmann; de Mme. Knaack.⁵¹ Assim, à elite não faltavam educandários que funcionavam em regime de pensão ou meia-pensão e ensinavam línguas estrangeiras. Já os filhos dos artesãos remediados e dos trabalhadores alemães frequentavam as escolas brasileiras, assimilando seus usos e costumes, aprendendo bem a língua portuguesa e esquecendo da materna.⁵²

Na gestão do P. Schmidt que veio solteiro de Berlim (1855-1861), a *Volksschule* - escola popular - tomou maiores proporções, numa organização comum da SAB com a IEA. Parece ter sido um pastor benquisto, flexível, neutro, sabendo lidar com interesses tanto do seu presbitério como da comissão da SAB. Ao que tudo indica, foi ele quem promoveu o ensino confirmatório, posto que, a partir de sua gestão, há registros dos confirmados,⁵³ além de contribuir com um ensino moderado na escola do professor Ullmann, a Escola Evangélica Alemã - EEA. Ele participou da elaboração dos estatu-

49 IHGB, AL, 1857, Anúncio em Notabilidades, p. 440.

50 IHGB, AL, 1860, p. 483.

51 IHGB, AL, 1844 p. 187; *ibid.*, 1854, p. 480; *ibid.*, 1857, p. 438; *ibid.*, 1861, p. 430; *ibid.* 1863, p. 446.

52 HOEPPFNER, *Festschrift zur Jahrhundert-Feier*, p. 15, e também anúncios de escolas no estrangeiro publicados nos Almanques Laemmert.

53 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA de 1857-1866.

tos desta escola, junto com o presbitério da IEA e uma comissão da SAB. A EEA permaneceu sob a direção pedagógica da IEA, com a participação do P. Schmidt nas aulas de religião, mas ficou sob o controle administrativo da comissão da SAB, tendo em vista que esta subvencionava bolsas de estudos para as crianças pobres. Os membros da SAB eram os mesmos que contribuíam regularmente e com maiores valores para a IEA. Ou seja, os negociantes, artífices e fabricantes mais bem sucedidos desta cidade detinham o controle sócio-educativo da comunidade alemã carente.

Como *Volksschule*, não poderia ter classes para crianças pobres separadas dos outros estamentos superiores. Também estava aberta a crianças de quaisquer confissões religiosas; aquelas que não partilhassem das evangélicas não precisariam assistir às aulas de religião.⁵⁴ Meninos e meninas dividiriam as mesmas classes; quando as meninas ultrapassassem o número de trinta, então a direção faria a separação dos sexos. Os exames seriam feitos ao final do ano, sob a presença do presbitério da IEA, da comissão da SAB, dos pais e colegas das crianças. Quaisquer reclamações deveriam ser feitas ao presbitério ou ao pastor. O regulamento sugere que pais e responsáveis enviem as crianças regularmente ao culto dominical. O ensino ficaria sob responsabilidade do pastor, de um professor responsável e de um auxiliar, pagos pelo presbitério da IEA que também se encarregaria do aluguel do prédio da escola, de despesas com material de ensino e de livros para as crianças pobres.⁵⁵

Finalmente, à SAB só restou o custeio das bolsas de estudos para as crianças alemãs carentes,⁵⁶ apesar de notarmos a sua interferência no quesito confessional, aberto a não-evangélicos, e que tanto incomodaria o P. Billroth. Este se caracterizou por ter sido um pastor imbuído de forte religiosidade, zeloso pela educação confessional das crianças, na escola, e dos adolescentes, no ensino confirmatório. Ele foi no-

54 EZA, Berlim, Schul-Statuten zum Gebrauch für die Schule der dt.-evang. Gemeinde zu Rio de Janeiro, 1860, pars. 1 e 2.

55 Ibid., pars. 4, 8, 9, 13, 14.

56 Ibid., par. 3.

meado pela IEP, vindo da Universidade Württemberg, famosa pela tendência antes pietista do que teológica racional.⁵⁷ Desentendeu-se com os alemães no Rio de Janeiro por tender para uma educação mais religiosa do que laica na Escola Evangélico-Alemã, gerida, de 1843 a 1848 pelo P. Lallemand e, desde 1855, pelo presbitério da IEA junto à SAB.

7 O Rompimento com a Igreja Evangélica da Prússia

Os desentendimentos começaram entre Billroth e a comissão da SAB, desejosa de fundar uma outra escola alemã, independente da IEA. Esta considerava os métodos do pastor antes evangelizadores do que didáticos: o ditado em alemão com trechos do Antigo Testamento, a ênfase excessiva no ensino religioso levando a uma “escola do obscurantismo”.⁵⁸ Para Billroth a SAB era formada por alemães de diversas vertentes religiosas - protestantes, católicas e judaicas - não admitindo ele que estes homens se imiscuíssem nos assuntos educacionais e morais cujo ensino fora delegado à IEA.⁵⁹ Em 1862, a comissão da SAB rompeu com a IEA e fundou a Escola Alemã, futuro Colégio Cruzeiro, sob a direção do Prof. Hagen, laica, paralela à EEA, com mais recursos, posto que eram os mesmos negociantes que administravam as anuidades da SAB.⁶⁰ Concomitantemente, o presbitério antigo se demitiu e novos presbíteros, uma minoria, passou a querer representar a comunidade, embora não tivesse sido eleita por ela. Não obstante, estes homens consideravam-se legalistas por permanecerem fiéis ao pastor e seguirem os antigos estatutos aprovados pela IEP.⁶¹

57 O movimento pietista surgiu contra o racionalismo iluminista baseando-se na fé e no amor cristão, sendo adotado pela nobreza e governantes prussianos. Serviu de instrumento para o conformismo social dos camponeses e dos menos favorecidos, mas incomodava os burgueses esclarecidos das cidades autônomas, como as hanseáticas. BIGLER, *The Politics of German Protestantism*, passim.

58 BILLROTH, *Ein Evangelist in Brasilien*, p. 183.

59 *Ibid.*, p. 173, 183.

60 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1861-1862.

61 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1862-1863.

Billroth, em nome de sua vocação divina, apoiado por uma minoria, sem suporte financeiro da SAB, manteve a escola em sua própria residência, às suas custas. Ele recebeu o apoio de alguns negociantes nesta iniciativa, além de uma ajuda financeira que, no entanto, foi pouca para um empreendimento deste porte. No ensino, foi auxiliado pelo professor sueco Akerblom e pelo administrador do consulado russo, Koehler, além de uma senhora, para os trabalhos manuais.⁶² Tudo isto requeria esforços dobrados, aos quais o pastor acabou sucumbindo, muito adoentado. Berlim, por sua vez, preocupou-se com as atitudes radicais e autônomas de Billroth; afinal eram os alemães bem sucedidos, membros da SAB, que apoiavam financeiramente a IEA.⁶³

As intransigências entre ele e a maioria da comunidade chegaram ao ponto de lhe tirarem a chave da igreja; denunciaram-no, junto com o partido minoritário, à polícia, por abuso de poder.⁶⁴ Neste ínterim, o presbitério havia conseguido que a IEA fosse reconhecida pelo Império Brasileiro, segundo o decreto 2959/1862, uma indicação das boas relações entre ambos: “Declara que a Comunidade Evangelica Allemã existente nesta Côrte pode continuar no exercício de suas funções sem prejuizo das Leis do Imperio.”⁶⁵

Diante da nova situação, a comunidade entendeu que deveria alterar seus estatutos, movendo uma ação para sua autonomia e subordinação à jurisdição brasileira, e não mais prussiana. Este sim teria sido o ponto principal de discórdia da maioria dos membros da paróquia em relação a Billroth. Segundo notamos na sua biografia e nos relatórios anuais, em princípio, a comunidade parecia satisfeita com o seu zelo na educação das crianças pobres, o aumento de número de confirmandos, a festa de Natal, em estilo alemão. A questão central foi mais política, embora incluía a problemática pietista do pastor. A votação dos novos estatutos, em 13.12.1863, foi o ponto auge da discórdia. Seu ponto mais polêmico foi a

62 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1861-1862.

63 BILLROTH, *Ein Evangelist in Brasilien*, p. 187.

64 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1863/64, além das atas de 1863.

65 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1861-62.

autonomia da comunidade em admitir e demitir seus pastores, e a conseqüente subordinação do pastor à mesma, e não mais ao Consistório.

Compareceram 82 membros, sendo que o cônsul prussiano Stengel posicionou-se contra e propôs que estes estatutos não fossem votados; perdeu de 16 a 59 votos. Muitos senhores se retiraram da reunião, restando somente 55; destes, 54 votaram a favor dos novos estatutos, assumindo o rompimento com a IEP. O presbitério perguntou ao P. Billroth se ele se manteria no cargo mediante a aceitação dos novos estatutos. Ele se negou a isto e declarou que daria continuidade aos serviços a Deus, uma vez que passava a considerar aquele presbitério ilegal. Este retrucou declarando que o templo seria mantido fechado até a contratação de um novo pastor.

No dia seguinte, o presbitério publicou um anúncio no *Jornal do Commercio* declarando o fechamento temporário da IEA. No próximo domingo, alguns membros, junto com o Sr. Stengel e o pastor Billroth, foram à igreja exigir que o porteiro abrisse a igreja, ao que este alegou que só o faria mediante autorização do presbitério. Eles seguiram, então para o delegado de polícia, ao que este retrucou que não poderia imiscuir-se em assuntos internos desta comunidade.⁶⁶ Nesta minoria, havia alguns que sequer eram membros da IEA, além da participação de famílias não-protestantes e católicas, algumas ultramontanas. Este grupo procurou macular o nome da IEA perante as autoridades brasileiras, envolvendo a polícia. Também agiram contra a decisão majoritária da comunidade; sob a liderança do cônsul prussiano, elegeram um outro presbitério mantendo os antigos estatutos de 1857, com o pastor devidamente subordinado à IEP.⁶⁷

Ambos os partidos apresentaram os seus estatutos para serem aprovados pelo governo imperial, mas somente o do majoritário, do presbitério legitimamente eleito pelos membros da IEA, foi aprovado, levando, conseqüentemente, à destituição do pastor, nomeado pelo Consistório de Brandenbur-

66 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1863-64.

67 APML (Rio de Janeiro), Atas de 23.1.1864.

go.⁶⁸ Houve uma preocupação da maioria luterana em não entrar em confronto com o governo imperial. A postura teológica pietista do pastor tendia a práticas evangelizadoras, mal vistas pela Igreja Católica - a igreja oficial do país que os acolhera e a cujas leis deviam obediência, segundo os princípios luteranos. Assim, a comunidade da IEA ficou dividida em dois partidos, um maior, regido pelos estatutos publicados em 1865, aceitos pelo governo brasileiro; o outro, minoritário, liderado pelo Sr. Stengel com Billroth como pastor, subordinado às autoridades prussianas, conforme os estatutos de 1857.

O próximo passo foi impedir a saída de Billroth do país, uma vez que se apossara dos registros paroquiais e se recusava a entregá-los a presbitério do partido majoritário. Diante da ameaça de não poder viajar para a Alemanha, passou-os para o Sr. Stengel. Este foi intimado, pelas autoridades locais, com processo cível,⁶⁹ a devolvê-los ao presbitério da IEA. No final do relatório, consta nota de agradecimento ao Dr. Gaspar Silveira Martins pela condução correta e justa deste processo.⁷⁰ Em 1865, os estatutos novos foram impressos e distribuídos aos membros da IEA; os agregados suíços calvinistas passaram a ter direito de participação e voto, como todos os outros membros luteranos. Antes, eles tinham o dever de contribuir com suas anuidades e só com o direito a um culto mensal celebrado em francês. O pastor, segundo os novos estatutos, passava a fazer parte do e a estar subordinado ao presbitério que, por sua vez, ficou sob a jurisdição do governo imperial brasileiro.

Considerações Finais

Esta querela levou a uma longa cisão entre a IEA e o Conselho Superior da IEP, de 1863 até 1902; durante trinta e nove anos esta comunidade manteve-se independente de quaisquer

68 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA, 1861-62

69 APML (Rio de Janeiro), pastas 58 e 59.

70 APML (Rio de Janeiro), RA-IEA 1863/64

subordinações a autoridades eclesiásticas alemãs, tendo ganhado uma fama negativa entre as outras igrejas evangélicas luteranas no Brasil. Não obstante, esta cisão não significou que a IEA deixasse de seguir a teologia luterana, os serviços e a liturgia da IEP; somente não deveria mais prestar contas nem ter o pastor indicado por esta. Este processo mostra que a comunidade não era formada por fiéis submissos como cordeiros, mas antes por pessoas que sabiam ao que vinham e o que desejavam, conforme constatamos nos termos dos relatórios anuais. Além do mais, estavam preocupadas em manter uma relação pacífica e amigável com as autoridades nacionais, segundo o próprio Lutero, de obediência aos príncipes temporais.

A IEA tornou-se autônoma para eleger seu presbitério, elaborar seus estatutos e relatórios anuais, contratar e demitir pastores conforme os interesses imediatos da comunidade, e não do Estado Prussiano. Neste sentido, foram na contramão da história alemã; os correligionários luteranos que assim agissem na pátria, sofriam duras represálias das autoridades eclesiais da IEP. A comunidade seguia uma linha de religiosidade moderada e tolerante; muitos evangélicos eram casados com católicas, conciliando ambas as confissões cristãs no seio de suas famílias. Eram homens de negócios e artífices ocupados e zelosos com o trabalho e os compromissos sociais. Tinham de se adaptar a um país católico com muitas diferenças em relação a seu país de origem - clima, alimentação, costumes, vestuário. Os que se casavam tinham de cuidar de suas famílias e da educação de seus filhos. Não queriam saber de atritos confessionais, e muito menos por causa de pietismos radicais.

O próximo pastor, Wagner, tinha experiência no estrangeiro, posto que exercera seu ministério no sul do Brasil. Além dos serviços prestados, trazendo paz e ordem, organizou os arquivos da paróquia e escreveu uma crônica sobre a mesma. O próximo pastor, Gruel, dedicou-se por mais de trinta anos à IEA, tendo sido, concomitantemente, diretor da Escola Alemã, futuro Colégio Cruzeiro. Integrou-se à comunidade como um todo, inclusive fora da igreja, revelando-se um pároco, educador e administrador que soube se adaptar ao país e aos descendentes daqueles primeiros alemães-hanseatas.

Neste período, finalmente a Alemanha fora unificada num Estado moderno, após a vitória do Reino da Prússia contra o Império da Áustria. A capital desta nova potência européia, não foi nenhuma das ricas cidades hanseáticas, mas sim a jovem Berlim, industrial, populosa e militarizada, quase na fronteira com a Europa Oriental. Como teria sido a comunidade evangélica alemã no Rio de Janeiro se não tivesse rompido com a IEP? ...

Referências Bibliográficas

1. Fontes Documentais:

APML - Arquivo da Paróquia Martin Luther, Rio de Janeiro

Atas de 1848, 1863, 1864.

Ata de 6.4.1854.

Estatutos da IEA - de 1850 (1844), de 1857.

Registros de Óbito, Batismo, Casamento e Confirmação da IEA.
RA-IEA - Relatórios anuais da Igreja Evangélica Alemã 1848/
49 a 1863/64.

Relatório da reunião extraordinária de 14.11.1858.
Pastas nr. 58 e 59.

EZA - Evangelisches Zentralarchiv, Berlim

Die evangelischen Deutschen in Brasilien, *Preussischer Correspondenz*, Berlin, Nr. 289, von 10.12.1854.

Glaubensgenossen! Landsleute! (=Manifesto de um correligionário evangélico alemão, de 15.2.1857).

RA-HV - *Jahresbericht von Hülfsverein*, 1855.

Schul-Statuten zum Gebrauch für die Schule der dt.-evang. Gemeinde zu Rio de Janeiro 1860.

Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

Almanaques Laemmert: 1844, 1854, 1857, 1860, 1861, 1863.

Constituição de 1823, artigos 14 a 16.
Decreto 3069/1863, assinado pelo Marquês de Olinda.
Decreto-Lei 1144 de 11.9.1861.

2. Demais Obras:

- BIGLER, Robert M. *The Politics of German Protestantism*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1972.
- BILLROTH, Albert. *Ein Evangelist in Brasilien*. Bremen: Büller, 1867.
- FRIEDBERG, Emil. *Das Recht der Eheschliessung in seiner geschichtlichen Entwicklung*. 2. Aufl. Aachen: Scientia Verlag, 1965. [1865.]
- HOEPFFNER, L. *Festschrift zur Jahrhundert-Feier der Deutsch-Evangelischen Gemeinde*. 1927.
- KIDDER, D. P., FLETSCHER, J. C. *O Brasil e os brasileiros*. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941.
- GOETERS, Gerhard, MAU, Rudolf. *Die Geschichte der Evangelischen Kirche der Union*. Band I: Die Anfänge der Union unter landeskirchlichem Kirchenregiment (1817-1850). Leipzig: Evangelischer Verlagsanstalt, 1992.
- HINDEN, H. *Deutsche und Deutscher Handel in Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s/e., 1921.
- NICOULIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: FBN, 1967.
- PENKWITT, Wolfgang. *Preussen und Brasilien*. Wiesbaden: Steiner, 1983.
- REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: Luiz Felipe de ALENCASTRO. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RODRIGUES, José C. Religiões Acatolicas. In: *Livro do Centenário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

Sylvia Lenz
Rua Victorio Sisti, 539
Londrina- PR 86063-080
slenz@uel.br